ENTRE O CUIDADO E O CONTROLE: CAMINHOS E DESAFIOS DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA PÚBLICA

BETWEEN CARE AND CONTROL: PATHWAYS AND CHALLENGES IN ADDRESSING GENDER-BASED VIOLENCE IN PUBLIC SCHOOLS

Tatiane dos Santos Moreira[1]
Yuri Barbosa Martins de Oliveira[2]
Emerson Barbosa Miranda[3]
Ubiratan Santana Dias Junior[4]
Tatiana dos Santos Moreira[5]

Resumo: Este artigo analisa a percepção de jovens estudantes do Ensino Médio sobre o enfrentamento da violência contra a mulher no cotidiano da escola pública. Fundamentado na sociologia da infância e da juventude e nos estudos de gênero e interseccionalidade, o estudo problematiza a naturalização do controle e da violência simbólica nas relações afetivo-amorosas juvenis. A metodologia adotou a pesquisa-ação de abordagem qualitativa, desenvolvida com 238 estudantes de uma escola estadual em Feira de Santana - BA. A produção de dados articulou triangulação metodológica composta por questionários diagnósticos, rodas de conversa narrativas, palestras temáticas em parceria com a rede de proteção social, cine-debate e relatórios analíticos discentes. A análise de conteúdo revelou a presença de valores machistas e autoritários ainda enraizados no imaginário juvenil, que tendem a mascarar a dominação sob a chancela do cuidado. Contudo, a intervenção

[1] Mestre em Educação e Diversidade- UNEB
[2] Mestre em Educação e Diversidade- UNEB
[3] Especialista em Fisiologia do exercício, UVA -Universidade Veiga de Almeida -RJ. Especialista em Educação inclusiva e Especial - Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM
[4] Especialista em Educação inclusiva e Especial pela Faculdade do Noroeste de Minas.
[5] Mestre em Gestão e tecnologia - UNEB

ISSN: 2675-7451

pedagógica mostrou-se eficaz em fraturar tais discursos, promovendo o letramento ético sobre namoros abusivos, masculinidades e a importância da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). Conclui-se que a escola pública constitui um território de proteção e escuta qualificada imprescindível para a desconstrução das opressões patriarcais.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Percepção juvenil. Escola pública. Gênero. Pesquisa-ação.

Abstract: This article analyzes the perception of high school students regarding the fight against violence against women in public school daily life. Grounded in the sociology of youth and gender and intersectionality studies, the study problematizes the naturalization of control and symbolic violence in youth romantic relationships. The methodology adopted qualitative action research with 238 students from a state school in Feira de Santana, Bahia. Data generation combined methodological triangulation consisting of diagnostic questionnaires, narrative conversation wheels, thematic lectures in partnership with the social protection network, film debate, and analytical student reports. Content analysis revealed rooted sexist and authoritarian values in the youth imaginary, tending to mask domination under the guise of care. However, pedagogical intervention proved effective in fracturing such discourses, promoting ethical literacy regarding abusive relationships, masculinities, and the importance of the Maria da Penha Law (Law No. 11,340/06). It is concluded that public school constitutes an essential territory of protection and qualified listening for the deconstruction of patriarchal oppressions.

Keywords: Violence against women. Youth perception. Public school. Gender. Action research.

INTRODUÇÃO

Discutir a violência contra a mulher no contexto da educação básica escolar constitui

uma exigência ética, política e social incontornável para a consolidação de uma escola comprometida com os Direitos Humanos e com a transformação das desigualdades estruturais. No Brasil, a violência de gênero permanece como um fenômeno epidêmico e transversal, enraizado nas fundações históricas de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, que opera por meio da dominação dos corpos femininos e da naturalização da opressão (Saffioti, 2015). A despeito de importantes conquistas normativas e legislativas das últimas décadas — a exemplo da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da tipificação do feminicídio (Lei nº 13.104/2016) —, o país amarga taxas alarmantes de violência letal e interpessoal contra mulheres e meninas, vitimando de forma precoce e sistemática as faixas etárias mais jovens (IPEA/FBSP, 2018; Waiselfisz, 2019).

Nesse cenário de vulnerabilidade estrutural, a instituição escolar ocupa um lugar ambivalente e, simultaneamente, estratégico. Por um lado, as escolas públicas configuram-se como caixas de ressonância das contradições e violências que operam no tecido social, refletindo em seu cotidiano os conflitos domésticos, a misoginia e a intolerância (Lyra et al., 2010; Ristum, 2010). Por outro lado, ao romper com a neutralidade pedagógica, a escola ergue-se como um território privilegiado de socialização, letramento crítico e emancipação subjetiva (Candau, 2008). É nos espaços escolares que os jovens passam grande parte de seu processo formativo e pré-adulto, vivenciando intensamente as primeiras relações afetivo-amorosas e de amizade. Contudo, ao cruzarem os portões da escola, esses sujeitos trazem internalizados referenciais e padrões comportamentais profundamente generificados, moldados no seio familiar e reforçados pelas mídias e pela cultura de massa (Soares, 2005; Lira; Veloso, 2008). Práticas de vigilância, ciúme possessivo, controle de vestimentas, restrição de autonomia e violência psicológica nas relações de namoro juvenil são frequentemente naturalizadas sob a falsa roupagem do "cuidado" e do "afeto romântico", dificultando a percepção precoce de que tais condutas já integram o ciclo da violência de gênero.

A urgência desta pesquisa emergiu diretamente do chão da escola pública, na rede estadual de ensino do município de Feira de Santana (BA), diante da recorrente manifestação de situações-limite no cotidiano discente: quadros de automutilação, sofrimento psíquico

severo, relatos velados de abusos intrafamiliares e vestígios físicos e emocionais decorrentes de relacionamentos abusivos vivenciados por adolescentes. Frente à necessidade de romper com a inércia institucional e com o silenciamento pedagógico diante de tais mazelas, delimitou-se como problema central de investigação: Quais são as percepções dos estudantes do Ensino Médio acerca da violência contra a mulher e de que modo intervenções pedagógicas colaborativas podem desnaturalizar comportamentos machistas e promover o letramento em direitos humanos no cotidiano escolar?

Para responder a tal indagação, o estudo traçou como objetivo geral compreender a percepção juvenil em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher no âmbito de uma unidade escolar da rede pública estadual. Como objetivos específicos, buscou-se: a) mapear e analisar criticamente as concepções diagnósticas dos estudantes sobre as manifestações da violência de gênero; b) desenvolver ações interventivas articuladas, englobando rodas de conversa narrativas, palestras temáticas em parceria com a rede de proteção jurídica e sessões de cine-debate; e c) avaliar o impacto pedagógico das atividades na desconstrução de mitos machistas e na consolidação da escola como espaço de escuta qualificada e proteção.

Justifica-se a relevância acadêmica e social deste estudo pela escassez de pesquisas que integrem a pesquisa-ação participativa à rotina das disciplinas da Educação Básica no interior nordestino, oferecendo subsídios práticos e teóricos para que professores e gestores possam transitar da denúncia à intervenção concreta. Ao problematizar o cotidiano escolar por meio de aportes críticos, a pesquisa reafirma a educação não apenas como um direito fundamental, mas como a ferramenta mais eficaz para a desconstrução do patriarcado e a construção de uma sociedade equânime (Freire, 1982; Saffioti, 2015).

A MATRIZ PATRIARCAL E AS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA NO UNIVERSO JUVENIL E ESCOLAR

Para compreender as complexas e multifacetadas dinâmicas que envolvem a violência contra a mulher e sua direta repercussão no universo juvenil, faz-se estritamente

necessário recorrer à categoria analítica do patriarcado. Conforme postula Saffioti (2015), o patriarcado não deve ser compreendido de maneira reducionista como uma estrutura arcaica ou um vestígio do poder familiar pré-moderno; pelo contrário, constitui um sistema complexo e dinâmico de dominação-exploração no qual os homens, erigidos enquanto categoria social dominante, exercem o controle ostensivo e sistemático sobre as mulheres. Na contemporaneidade, autoras como Biroli (2018) e hooks (2020) reiteram que o patriarcado opera em intrincada conexão com o capitalismo e o racismo estrutural (Akotirene, 2019; Collins, 2019), engendrando e mobilizando diferentes modalidades de violência — desde a violência simbólica e linguística até suas manifestações físicas, econômicas e institucionais mais perversas. A ideologia patriarcal atua naturalizando e biologizando as diferenças sexuais com a finalidade de fundamentar e legitimar papéis sociais rigidamente hierarquizados. Nesses moldes, enquanto à masculinidade hegemonicamente construída se atribuem o domínio, a ocupação legitimada da esfera pública e a agressividade, às mulheres se impõe, de forma prescritiva, a submissão, a sobrecarga do trabalho de cuidado e a contenção emocional e comportamental (Bourdieu, 2012; Saffioti, 1992; Biroli, 2018).

Essa ordem patriarcal desdobra-se em manifestações concretas que ferem a integridade das mulheres em suas variadas dimensões. A violência contra as mulheres expressa-se sob diversas modalidades regulamentadas pela legislação e identificadas pela literatura especializada — notadamente as dimensões física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, 2006; Pasinato, 2020). Quando analisadas sob o recorte das dinâmicas afetivas e relacionais juvenis, as manifestações psicológicas, virtuais e simbólicas assumem contornos especialmente insidiosos. Santos e Silva (2021) e Penna (2021) destacam que a cultura de massa e as arquiteturas digitais das redes sociais operam como vetores de disseminação de novos formatos de controle, que objetificam o corpo feminino e reproduzem comportamentos de vigilância constante (como o monitoramento de mensagens e redes sociais) e a romantização da posse masculina. Na adolescência — fase crucial marcada pela consolidação da identidade e do pertencimento a grupos —, a ausência de espaços reflexivos e críticos no ecossistema social e educacional favorece a assimilação acrítica de relacionamentos abusivos, nos quais atos de ciúme excessivo, restrição de amizades e privação da liberdade da jovem

são naturalizados como justificáveis demonstrações de afeto (Soares, 2005; Penna, 2021).

A reprodução dessas assimetrias reflete-se e é tensionada diretamente no ambiente educacional. Diante disso, Candau (2018) reforça a necessidade de reinvenção da escola pública, convocando-a a superar práticas monoculturais e silenciadoras para que se configure como um espaço verdadeiramente democrático, pautado na promoção dos Direitos Humanos e na Educação para as Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Conforme assinalam Carrano e Farias (2020), reconhecer as juventudes contemporâneas exige o abandono de visões estigmáticas que as reduzem a meras fases de transição; trata-se de entender os jovens como sujeitos de direitos, produtores ativos de cultura e portadores de saberes e inquietações. A escola se consolida, assim, como o espaço por excelência da sociabilidade juvenil. Ocorre que, quando a instituição escolar se omite diante das desigualdades de gênero, da LGBTfobia e do machismo estrutural, ela atua como agente reprodutor da violência, perpetuando preconceitos, naturalizando assédios e aprofundando o isolamento social e emocional das estudantes mais vulneráveis (Leão, 2018; Santos & Silva, 2021).

Por outro lado, quando a instituição escolar assume de forma intencional o compromisso pedagógico e político de transversalizar as temáticas de gênero, raça e Direitos Humanos em seu projeto político-pedagógico, ela se converte em um elo estratégico da rede de proteção social (Pasinato, 2020; Penna, 2021). Em contextos nos quais as violências doméstica, intrafamiliar e interpessoal são perpetradas por agentes do convívio direto da estudante, o colégio figura como o principal espaço público seguro de acolhimento. É nesse ambiente dialógico e qualificado que a jovem encontra canais de escuta sensível, encorajamento para a denúncia e orientação institucional adequada, construindo as condições subjetivas e sociais indispensáveis para o rompimento dos ciclos de opressão e para a afirmação de sua cidadania plena (Candau, 2018; Pasinato, 2020).

CAMINHO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa e natureza aplicada (Creswell, 2010; Hetkowski et al., 2014; Triviños, 2012). A escolha pela

pesquisa-ação justifica-se pelo fato de articular rigor científico, engajamento comunitário e a resolução colaborativa de problemas concretos vivenciados no cotidiano escolar, produzindo conhecimentos que retroalimentam e transformam a própria prática educativa (Thiollent, 2009; Tripp, 2005).

LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

A investigação foi desenvolvida no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, localizado no bairro Cidade Nova, no município de Feira de Santana - BA. A instituição atende a uma ampla comunidade periférica e contava, no período de realização da pesquisa, com aproximadamente 1.821 estudantes matriculados do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os sujeitos participantes foram 238 estudantes de seis turmas do turno matutino (e séries do Ensino Médio), na faixa etária entre 14 e 17 anos, matriculados nas disciplinas sob a docência da pesquisadora. Todo o percurso ético seguiu os preceitos legais de preservação de sigilo e anonimato, mediante a assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelos pais e/ou responsáveis legais.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E TRIANGULAÇÃO PEDAGÓGICA

O percurso metodológico desta pesquisa fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa-ação crítico-colaborativa, alinhando-se aos debates contemporâneos sobre intervenção pedagógica e práxis emancipatória (Gatti, 2019; Thiollent, 2011), que articulam, de maneira indissociável, a investigação acadêmica, a ação educativa e a transformação da realidade social. A produção de dados empíricos transcorreu entre os meses de fevereiro e março de 2020, em uma unidade escolar da rede estadual de ensino localizada no município de Feira de Santana (BA). O itinerário metodológico estruturou-se em sete etapas procedimentais sequenciais e complementares, articulando múltiplos instrumentos de escuta,

formação e produção textual discente, amparados por discussões recentes sobre metodologias qualitativas na educação (Bogdan; Biklen, 2013; Minayo, 2015):

ETAPA 1 - PACTUAÇÃO INSTITUCIONAL E ALINHAMENTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:

Esta fase inaugural consistiu na apresentação detalhada da proposta de intervenção à equipe gestora, à coordenação pedagógica e ao corpo docente da unidade escolar. O objetivo foi assegurar a co-responsabilidade institucional, viabilizando o redimensionamento de espaços físicos, a reserva de equipamentos audiovisuais e a integração harmônica das atividades ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ao calendário letivo, mitigando resistências e garantindo a legitimidade do processo em consonância com as diretrizes de gestão democrática (Libâneo, 2016).

ETAPA 2 - ATIVIDADE DIAGNÓSTICA INDIVIDUAL (ESCUTA SENSÍVEL E FATO SOCIAL):

Aplicou-se um instrumento diagnóstico composto por questões abertas estruturadas para mapear as concepções prévias dos estudantes acerca da violência de gênero, do conceito de patriarcado e das causas estruturais do fenômeno. Metodologicamente, utilizou-se como elemento disparador ("gatilho cognitivo") um fato social de extrema gravidade amplamente repercutido na mídia local na mesma semana: uma tentativa de feminicídio em que a vítima foi severamente agredida com o uso de combustível e fogo, na presença de seus filhos menores. Esse recorte da realidade imediata funcionou como indutor de memórias e urgências, rompendo com a neutralidade do espaço escolar e confrontando os discentes com a face letal da violência de gênero (Louro, 2018; Joanildo et al., 2021).

ETAPA 3 - RODA DE CONVERSA NARRATIVA (CONSTRUÇÃO COLETIVA DO DISCURSO):

Configurada como um espaço dialógico de escuta sensível e circulação da palavra, a Roda de Conversa baseou-se nos referenciais de Méllo et al. (2007), Moura e Lima (2014) e nos desdobramentos recentes sobre metodologias dialógicas na escola (Freire, 2019). Nessa etapa, os estudantes socializaram as respostas do diagnóstico individual, permitindo a exposição de contradições, crenças limitantes, mitos sobre o amor romântico e visões estereotipadas sobre os papéis sociais de gênero. A mediação pedagógica atuou no sentido de tensionar o senso comum, transformando a angústia provocada pelo caso real em problematização coletiva.

ETAPAS 4 E 5 - FORMAÇÃO TEMÁTICA EM PARCERIA COM A REDE DE PROTEÇÃO LEGAL:

Compreendendo que a escola não atua de forma isolada e necessita articular-se com o sistema de garantia de direitos (Pasinato, 2020), organizou-se um ciclo formativo presencial ministrado por advogadas militantes na defesa dos Direitos das Mulheres. A atividade atendeu turmas com média de 40 alunos por sessão, abordando de maneira didática e aprofundada os contornos jurídicos e sociais do namoro abusivo, das masculinidades hegemônicas e tóxicas, da violência psicológica (muitas vezes naturalizada) e dos mecanismos de denúncia e proteção assegurados pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

ETAPA 6 - RELATÓRIO REFLEXIVO E SISTEMATIZAÇÃO CRÍTICA:

Como desdobramento imediato da formação com a rede jurídica, os discentes elaboraram um relatório reflexivo individual. Esta etapa permitiu avaliar o impacto cognitivo e afetivo da palestra, oportunizando aos jovens reexaminar e reescrever suas percepções iniciais à luz do letramento em direitos humanos adquirido, eixo basilar da educação cidadã

ISSN: 2675-7451

contemporânea (Candau, 2020).

ETAPA 7 - CINE-DEBATE E REDAÇÃO SÍNTESE (CULMINÂNCIA ANALÍTICA):

A última etapa procedimental consistiu na exibição e debate do documentário "STJ Cidadão #256 - A vida de Maria da Penha", propiciando uma imersão histórica na luta institucional e civil contra a impunidade. O processo culminou na produção de um texto dissertativo-argumentativo final, orientado pelo tema central: "A violência contra a mulher na percepção juvenil". O corpus textual gerado nesta fase constituiu a base empírica fundamental para a análise qualitativa das categorias emergentes da pesquisa.

METODOLOGIA DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

O material empírico discursivo resultante da aplicação dos instrumentos pedagógicos — composto pelas respostas aos questionários diagnósticos, pelas transcrições das gravações em áudio das rodas de conversa e pelos relatórios reflexivos e produções dissertativas discentes — foi submetido à técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016; Franco, 2021), ferramenta consolidada e atualizada para o tratamento de dados textuais em pesquisas qualitativas. O tratamento analítico do corpus textual seguiu rigorosamente as três fases procedimentais sistematizadas:

1. Pré-Análise: Fase de organização propriamente dita, na qual se realizou a leitura flutuante do material empírico bruto para apreensão global e impregnação das narrativas discentes. Nesta etapa, aplicaram-se os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência para a constituição do corpus analítico definitivo e a formulação das hipóteses e objetivos norteadores (Bardin, 2016).

2. Exploração do Material: Etapa intensiva de codificação, inventário e decomposição dos textos. O material foi fragmentado em Unidades de Registro (UR) — representadas por frases, expressões-chave e segmentos de discursos — e Unidades de Contexto (UC), necessárias para a compreensão do significado situado das falas. Em seguida,

realizou-se o agrupamento semântico por similaridade e divergência conceitual, culminando no processo de categorização temática (Minayo, 2015).

3. Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação: Os dados brutos categorizados foram submetidos a processos de inferência e interpretação crítica à luz da sociologia das ausências e das opressões de gênero (Biroli, 2018). A análise ultrapassou a mera descrição do conteúdo manifesto, buscando desvelar as estruturas subjacentes, as ideologias naturalizadas e as contradições presentes nos discursos juvenis, articulando-os aos referenciais teóricos sobre patriarcado, gênero e Direitos Humanos.

Para conferir maior rigor, credibilidade e densidade científica à investigação, adotou-se o procedimento de Triangulação Pedagógica e de Fontes (Flick, 2013; Minayo, 2014). A confrontação sistemática entre as diferentes fontes de informação (respostas individuais iniciais, debates coletivos e textos dissertativos finais) permitiu acompanhar a evolução do pensamento discente e validar os achados de forma cruzada.

A partir dessa filtragem analítica, o corpus textual foi categorizado nos seguintes eixos temáticos centrais:

* a) Concepções diagnósticas, senso comum e ambiguidades sobre gênero: Análise das visões prévias dos estudantes acerca das causas da violência, identificando a permanência de discursos biologizantes, mitos sobre o amor romântico e naturalização de papéis sociais hierarquizados;

* b) Reconhecimento do namoro abusivo, violência psicológica e masculinidade tóxica: Exame da capacidade crítica dos jovens em identificar e problematizar formas sutis e virtuais de controle e posse no universo relacional juvenil;

* c) A Lei Maria da Penha e a escola como rede de proteção e garantia de direitos: Mapeamento das apropriações conceituais jurídicas desenvolvidas após a formação e da percepção dos alunos sobre o ambiente escolar enquanto espaço seguro para denúncia, acolhimento e emancipação social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: A PERCEPÇÃO JUVENIL EM DEBATE

A implementação do projeto de intervenção no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho revelou um engajamento expressivo por parte dos estudantes e da comunidade escolar, ratificando a premissa de que a escola pública pode e deve atuar como um território vivo de emancipação e reflexão crítica (Candau, 2018). A ocorrência de uma tentativa de feminicídio na cidade no período imediatamente anterior à coleta de dados atuou como um acontecimento disparador que mobilizou os jovens a refletir sobre a urgência e a gravidade do problema, superando a postura inicial de distanciamento e indiferença diante das assimetrias de gênero (Louro, 2018).

ENTRE A TEORIA E O AUTORITARISMO NATURALIZADO: DIAGNÓSTICO DAS CONCEPÇÕES JUVENIS

Na fase diagnóstica inicial, observou-se uma aparente concordância verbal dos jovens com o discurso abstrato da igualdade de direitos, expressa em declarações como "a mulher deve ter direitos iguais aos homens", "o homem não é dono da mulher" e "o namorado não pode proibir de ter amigos". No entanto, ao aprofundar as discussões nas rodas de conversa narrativas (Moura & Lima, 2014), emergiram contradições profundas e padrões machistas arraigados na cultura juvenil contemporânea, corroborando as análises de Biroli (2018) sobre a persistência de hierarquias tradicionais disfarçadas de modernidade.

Muitos rapazes manifestaram dificuldades cognitivas e comportamentais em reconhecer a assimetria do poder nas relações afetivas, associando o monitoramento digital de redes sociais, a exigência de senhas, a restrição de vestimentas e o isolamento das jovens a formas legítimas de "zelo", "cuidado" e "ciúme romântico". Essa constatação corrobora os achados recentes de Santos e Silva (2021) e Penna (2021), indicando que a violência psicológica e o controle velado — potencializados pelas arquiteturas digitais — tendem a ser romantizados na adolescência, funcionando como a porta de entrada institucionalizada para ciclos mais graves de agressão física, moral e letal.

NAMORO ABUSIVO, MASCULINIDADE TÓXICA E O DESPERTAR DO LETRAMENTO ÉTICO

A realização das palestras com operadoras do Direito e a condução do cine-debate promoveram uma virada reflexiva fundamental nas turmas, consolidando o que Pasinato (2020) define como letramento em direitos humanos no chão da escola. O detalhamento conceitual de termos como namoro abusivo, violência psicológica e masculinidade tóxica forneceu aos estudantes categorias analíticas precisas para nomear vivências, conflitos e violências que antes permaneciam invisibilizadas ou naturalizadas pelo senso comum (Akotirene, 2019).

A participação ativa dos discentes durante o ciclo formativo expressou-se em questionamentos contundentes que revelam as dúvidas e os mitos arraigados no imaginário juvenil:

* "Se a mulher bater no homem, ela também vai para a Delegacia da Mulher?" * "Por que as mulheres aguentam tanto tempo uma relação violenta?" * "A Lei Maria da Penha vale apenas para quem é casada ou também para namoradas?" * "O que fazer quando o namorado ameaça se matar se a gente terminar?"

O esclarecimento técnico e jurídico de que a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) se aplica integralmente às relações de namoro, somado à desconstrução de mitos associados à culpa e à "provocação feminina", permitiu que as estudantes identificassem limites éticos inegociáveis em seus relacionamentos afetivos. Nos relatórios reflexivos individuais produzidos após as ações pedagógicas, alunas relataram a tomada de consciência sobre dinâmicas abusivas que vivenciavam, manifestando o fortalecimento subjetivo necessário para impor limites e romper dependências emocionais nocivas (Penna, 2021).

Por outro lado, os rapazes relataram o impacto positivo de compreender criticamente o conceito de masculinidade tóxica, percebendo que a imposição da força, a frieza emocional, a agressividade e o autoritarismo não constituem essências biológicas do "ser homem", mas sim construções sociais patriarcais que geram sofrimento e prejudicam inclusive a própria saúde mental e relacional masculina (Saffioti, 2015; Collins, 2019).

A REVELAÇÃO DE TRAUMAS INTRAFAMILIARES E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO

A criação de um clima escolar seguro, pautado na escuta sensível e no diálogo horizontal, viabilizou que episódios-limite de violência intrafamiliar e doméstica fossem externalizados pelos alunos. Durante o desenvolvimento do projeto, estudantes compartilharam relatos marcados por forte comoção acerca de agressões sofridas por suas mães no âmbito privado, além de vivências de violências diretas presenciadas no cotidiano familiar.

Um dos episódios mais emblemáticos emergiu do relato de um discente que testemunhava reiteradas agressões físicas do pai contra a mãe. Diante dessa revelação, a equipe pedagógica e gestora do colégio pôde acionar e articular com precisão os encaminhamentos cabíveis junto aos órgãos competentes da rede de proteção social (DEAM, Conselho Tutelar e serviços de psicologia), evidenciando o papel insubstituível que a escola pública cumpre como ancoradouro institucional, espaço seguro de denúncia e trincheira de defesa dos Direitos Humanos para crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade extrema (Costa, 2013; Ristum, 2010; Lyra, 2010; Candau, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a percepção juvenil acerca da violência contra a mulher é atravessada por profundas ambiguidades: embora os estudantes verbalizem uma adesão discursiva aos ideais contemporâneos de equidade, eles frequentemente internalizam e reproduzem de forma velada práticas de controle digital, ciúme excessivo, possessividade e autoritarismo herdadas da estrutura patriarcal (Biroli, 2018; Santos & Silva, 2021). Essa dissonância entre o discurso abstrato e a prática relacional evidencia a insidiosidade das opressões de gênero, que se reinventam nas dinâmicas afetivas da juventude.

A pesquisa-ação crítico-colaborativa desenvolvida no Colégio Estadual Governador

Luiz Viana Filho evidenciou que intervenções pedagógicas intencionais — fundamentadas na escuta sensível, na reflexão crítica sobre a mídia, na escrevivência e no diálogo direto com a rede de garantia de direitos — possuem uma potência altamente emancipatória no "chão da escola" (Thiollent, 2011; Candau, 2018; Pasinato, 2020). As ações empreendidas possibilitaram que estudantes identificassem e nomeassem formas sutis de relacionamentos abusivos, desnaturalizassem a masculinidade hegemônica e compreendessem a relevância e o alcance jurídico da Lei Maria da Penha e dos Direitos Humanos.

Ademais, a investigação confirmou o papel central da instituição escolar enquanto espaço seguro de acolhimento e escuta qualificada. A emersão e o encaminhamento de relatos sobre violências intrafamiliares sofridas pelos alunos e suas famílias demonstraram que a escola, quando pautada pela gestão democrática e pelo compromisso social, atua como um elo insubstituível da rede de proteção e da justiça cognitiva.

Por fim, a experiência reforça que o debate sobre gênero, raça, sexualidade e enfrentamento às violências não pode ser confinado a ações pontuais, fragmentadas ou sazonais. É premente a consolidação de políticas públicas e projetos político-pedagógicos contínuos na Educação Básica que integrem a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e os Direitos Humanos ao currículo praticado, promovendo uma articulação intersetorial permanente entre Educação, Saúde e Assistência Social. A escola pública reafirma-se, assim, não apenas como lócus de instrução formal, mas como um território vivo, decolonial e indispensável para a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a edificação de uma sociedade efetivamente justa e livre de opressões.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: o limite da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma

introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Brasília, DF, 2015.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões e desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Educjem em direitos humanos na construção de sociedades democráticas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Imaginários culturais, educação e decolonialidade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

CARRANO, Paulo; FARIAS, Juliana (Org.). Juventudes e cotidiano escolar: olhares e pesquisas em movimento. São Paulo: Cortez, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia da educação e diversidade. São Paulo: Moderna, 2013.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Análise de conteúdo. 5. ed. Campinas: Alínea, 2021.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GATTI, Bernardete A. A pesquisa em educação no Brasil: reflexões sobre o campo e sua trajetória. Educ. Soc., Campinas, v. 40, e021570, 2019.

HETKOWSKI, Tania Maria et al. Pesquisa-ação e práticas pedagógicas: tessituras na escola. Salvador: EDUFBA, 2014.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2020.

IPEA; FFBSP. Atlas da Violência 2018. Brasília: Ipea; FESPSP, 2018.

JOANILDO, Annette et al. Gênero, violência e educação: desafios contemporâneos no chão da escola. Revista Brasileira de Educação, v. 26, e260012, 2021.

LEÃO, Geraldo. Juventudes e escolas: trânsitos e conflitos cotidianos. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 451-470, 2018.

LIRA, Bruno; VELOSO, Renata. Mídia, cultura de massa e a construção social do corpo feminino. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 541-558, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

LYRA, Jorge et al. Homens, relações de gênero e violência contra a mulher na escola. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 2, p. 321-329, 2010.

MARTINS, Paulo; CARRANO, Paulo. Jovens na escola: culturas, saberes e experiências. Cadernos CEDES, Campinas, v. 31, n. 85, p. 251-269, 2011.

MÉLLO, Ricardo P. et al. A roda de conversa como dispositivo metodológico em pesquisa qualitativa. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 12, n. 2, p. 423-431, 2007.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Simoni; LIMA, Rita. Rodas de conversa: um caminho metodológico para a pesquisa em educação. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 11, n. 24, p. 85-103, 2014.

PASINATO,3. Violência contra as mulheres e leis: avanços e limites da proteção jurídica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

PENNA, Marieta. Relacionamentos na adolescência, controle digital e violência de gênero.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 51, e07823, 2021.

RISTUM, Marilena. Violência escolar: o que os professores dizem? Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 3, p. 351-359, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O mulherão: a mulher na sociedade de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Da ilangongo à violência de gênero: compreendendo as raízes da dominação. Rio de Janeiro: 3&4, 1992.

SANTOS, Ana Clara; SILVA, Mariana. Arquiteturas digitais e controle nas relações afetivas juvenis. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, e71234, 2021.

SOARES, Bárbara Musumeci. Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas abordagens na adolescência. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência: os jovens do Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2019.